

Relação Espaço/Tempo: Considerações Sobre a Materialidade e Dinâmica da História Humana

Wagner Costa Ribeiro*

O que é tempo? O tempo é uma coisa? O tempo é tomado? É expresso? É coisificado?

E o espaço, o que é? Síntese das espacialidades? Opõe-se às espacialidades? São as espacialidades? É tempo materializado? É social? É natural? É síntese do natural/social? É produto? É palco?

Uma série de questões podem ser levantadas para qualquer definição que se venha a dar, tanto para o espaço, quanto para o tempo. Entretanto, as respostas vão dirigir para determinadas relações, entre o espaço e o tempo.

Não pretendemos, neste trabalho, apresentar todas as possíveis definições (e suas relações) do espaço e do tempo. Tal feito mereceria um levantamento bem mais amplo do que fizemos. Todavia, os autores nos quais pautamos este texto são expressões que nos permitem apresentar algumas considerações, ainda que breves, sobre a relação espaço/tempo. Assim, o que se seguirá, deve ser visto como uma tentativa primeira, para nós, de sistematizar algumas impressões a respeito do espaço, do tempo e de suas relações.

O ritmo e a produção: A apropriação do(s) tempo(s)

Já são conhecidas as transformações que o modo de produção capitalista trouxe às relações entre as pessoas. A expropriação da maior parte dos trabalhadores dos meios de produção levou-os a depender da

venda da sua força de trabalho para subsistir. Mas, além disso, levou-os a abrir mão, ao mesmo tempo, do *seu tempo, seu ritmo, e sua produção*.

A iniciativa e a livre escolha do que fazer, além da possibilidade de não fazer, estavam presentes para cada indivíduo nas sociedades primitivas. De forma relativamente autônoma, ocupavam-se do seu tempo, produzindo o que desejavam, dando a si mesmos o ritmo, ou seja, estavam sujeitos ao tempo auto-imposto, pelas necessidades concretas da subsistência, além do tempo da natureza, aquele necessário para o desenvolvimento do que viria a consumir.

No feudalismo, os trabalhadores recebem uma parcela da área do feudo para trabalhar para o senhor feudal. Têm seu tempo tomado pelo senhor, em troca da possibilidade de ter terras para cultivar e subsistir, além da segurança oferecida pelo senhor.

Ao mesmo tempo, estão sendo criados os elos que vão ser a gênese da opressão e da dominação dos trabalhadores pelos não produtores diretos. A tomada do tempo, a não possibilidade de se ocupar com o *seu tempo*, e a necessidade de se adequar ao ritmo e tempo da produção do outro, o proprietário, ou quem paga pelo uso do tempo do trabalhador.

Da posição de escolha do que, como, onde e quando fazer, passa-se para o fazer agora e em determinado local. E a perda parcial de autonomia, que daí para a frente, tende a ficar cada vez menor. Sim, pois no feudalismo, parte do tempo do servo era livre para cultivar para si. Tinha então, a opção de ocupar-se do tempo, de produzir o tempo, de acordo com o que entendia ser necessário.

Autonomia. A reconquista desta é uma das bandeiras da classe trabalhadora, hoje. Parece-nos pequena, quando reivindicada apenas para a organização dos trabalhadores. Existe a necessidade de se lutar pela retomada do tempo, da autonomia para fazer ou não, da efetiva livre escolha de como empregar o *seu tempo*.

Mas e uma luta que na história redundou em elementos de gestão e imposição cada vez maiores para o controle dos trabalhadores. Esta classe, ainda vencida, não pode deixar de anotar no seu projeto político, nas suas diretrizes de ação política, a reconquista do tempo.

Não se trata de apresentar aqui uma visão evolucionista da história da apropriação do tempo, mas sim, de destacar, ainda que não exaustivamente, as formas que as relações entre as pessoas foram tendo, de acordo com as relações de produção vigentes e sua relação com o tempo.

Temos claro que a apropriação do tempo da classe trabalhadora vem num crescendo, desde que foi expropriada dos meios de produção necessários à subsistência. A partir de então, passam a ter sua produção

vinculada a terceiros, criando, nos produtores diretos, a necessidade e o vínculo de estarem presentes juntos das imposições daqueles.

As alterações das relações de produção se fizeram acompanhar de um "progresso técnico". Um progresso técnico que passou a empregar trabalhadores de modo cada vez mais especializado tirando, de sua maior parte, a possibilidade da criação na produção. E preciso ressaltar que nos processos produtivos em vigência nos nossos dias, algumas funções são desempenhadas de forma criativa. Em outros casos, tais funções ensejam poder de decisão, de controle, de mando. Nestas situações, o trabalhador tem a possibilidade de fazer o tempo da reprodução ampliada do capital de modo pessoal, ou seja, é permitido a ele trabalhar de modo criativo, tomar decisões, pois espera-se isso dele. Entretanto, a repercussão de suas decisões e iniciativas, são percorridas por determinações várias, que levam em conta a lógica do capital, que é a sua reprodução ampliada.

Embora tratando-se de uma minoria, estes trabalhadores fazem o seu tempo na produção, mesmo que de modo agregado aos controles impostos pelos mecanismos que o próprio capital cria para se ampliar. Não estão ainda, fazendo o *seu tempo*, no sentido pleno de pensar uma lógica que coloque as suas necessidades. É claro que estas necessidades no mundo contemporâneo se colocam de forma complexa, com a tecnologia criando novos recursos de ação para a satisfação daquelas, ao mesmo tempo que as recria, sobre outras formas.

Ao lado desta minoria, que ocupa uma posição de destaque no processo de reprodução ampliada do capital, temos todo o contingente de trabalhadores que se vêem obrigados a desenvolver um trabalho repetitivo, onde não há a possibilidade de ação pessoal. Tal contingente é treinado e disciplinado, de modo a desenvolver tais funções.

O tempo disciplinar: a contribuição de Foucault

Foucault (1987) apresenta de que modo os indivíduos são treinados e disciplinados para o desempenho de funções no sistema capitalista.

A escola, o processo do qual resultaram suas formas e funções em uso ainda hoje é exposta de modo a evidenciar o objetivo da dominação. É o saber instituído impondo-se ao saber existente. A dominação de um saber apropriado por um saber de fato. A disciplinarização da escola, via apresentação de uma série de "disciplinas", visam trabalhar a realidade de modo compartimentado, especializado, dividido, e, principalmente, disciplinando o saber, afirmando o que é o saber, negando o que não couber nas suas definições.

Afora isso, tem-se o espaço da sala de aula e da escola, como também reproduzidor das relações de dominação. O espaço disciplinar leva a

comportamentos hierarquizados com a valorização do professor, da sua autoridade, frente aos alunos. É o controle dos atos dos alunos pelo professor que insere nos alunos a perspectiva da dominação, ao mesmo tempo que permite ao professor a sensação de dominador.

O controle do tempo é apresentado como tendo ligação imediata ao controle do corpo. E o tempo disciplinar controlando o corpo. Uma boa postura, uma posição correta, um movimento seguro, são vitais para o bom andamento da produção. O corpo é inserido e moldado para executar as tarefas da produção. E o poder instalado também no corpo do executante, na imposição de atos, posturas e movimentos (Foucault, 1987, p.138 e 139).

"O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder" (Foucault, 1987, p. 138). Neste controle do corpo, o controle do pensamento também se faz presente. O direcionamento dos atos, dos movimentos do corpo e seus membros, leva à apreensão destes. Nestas ocasiões, o tempo passa e o trabalhador passa com ele. É o tempo da produção, da circulação, enfim o tempo da reprodução ampliada do capital apresentando ao trabalhador a sua posição, postura, movimento, o seu tempo, enfim determinando a sua existência, quando do ato desenvolvido.

Sem falar no espaço da produção: a fábrica, síntese da especialização e da dominação do trabalhador e do tempo da produção. A fábrica traz, na sua hierarquia, a representação explícita do poder, do fazer e do mandar fazer¹.

O tempo de produção e de circulação

A tecnologia disponível nos dias de hoje, permite a circulação extremamente rápida, se compararmos ao início deste século. Todo o desenvolvimento tecnológico, principalmente no setor de comunicações (a criação dos satélites, aviões supersônicos, da informática, só para citar alguns exemplos), diminui o tempo necessário para o transporte de mercadorias, de pessoas, de informações.

Concomitantemente, a oligopolização da economia, com a formação do capital monopolista, diversificou a produção, embora concentrando o controle nos grupos monopolistas.

Virílio (1984, p. 49) apresenta a velocidade, em nossos dias, como o poder máximo. O controle do tempo, e a possibilidade de diminuí-lo,

¹ Para uma leitura introdutória sobre o sistema de fábrica que impera em nossos dias, além dos desdobramentos ao nível da ação cotidiana das instituições e empresas, ver de DECCA, E., *O nascimento das fábricas*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.

esgotá-lo, seria o grande elemento capaz de dispor poder, a quem tem esta possibilidade.³

Na verdade, o que se verifica é um setor de ponta, tecnológico, enraizado na indústria bélica, que é a grande responsável pelas descobertas e avanços, principalmente na esfera da comunicação, entendida como o transporte de mercadorias, pessoas e informações.

E a circulação ganhando espaço, num mundo em que os lugares ficam menos distantes. A leitura de um país, rastreado por um satélite, pode se dar dias após a passagem do satélite que, ciclicamente, rastreia tal país, permitindo um acompanhamento territorial num tempo antes imaginado. A partir de uma antena receptora de sinais eletrônicos e após o seu processamento, chega-se à imagem, à representação espacial do território.

A possibilidade de mapear o mundo, sistematicamente, em poucos dias, permite um conhecimento da situação de um produto a nível mundial. Daí, parte-se para as estratégias de mercado para garantir o maior rendimento possível para o capital, graças à circulação das informações levantadas com os recursos técnicos disponíveis.

Não seria de grande validade um menor tempo na produção, se não tivéssemos uma circulação rápida, de informações e de mercadorias. A produção hoje possui dois tempos, um deles vinculado ao tempo de circulação.

O primeiro tempo da produção é o da efetiva produção. É o tempo gasto para concluir o produto, e que, graças também aos avanços tecnológicos, tem diminuído consideravelmente. A Volkswagen do Brasil levava, em 1985, seis minutos para montar um Fusca. Já um Santana, o carro mundial daquela empresa, saía da linha de montagem em três minutos. Para um produto mais avançado tecnicamente, menos tempo empregado na produção.

O exemplo da linha de montagem mostra o vínculo entre o tempo da produção e o da circulação. No caso do carro mundial, a montadora recebe partes do carro que são produzidos nas mais diversas partes do mundo. A existência de meios de transporte rápidos, no sentido de que tornam viáveis o transporte em tempo hábil para o ingresso na linha de produção, permite que se instale uma fábrica em determinado país e que

Paul Virílio tem como cerne das suas reflexões a velocidade, fundamento da "Dromologia", criada por ele, que "é a lógica da corrida" ao poder. Defende a tese de que nas leituras sobre a política se esqueceu de considerar a possibilidade de acesso ao poder, justificando assim a Dromologia que procura dar conta da lógica que permite a alguns, e não outros, chegar mais rápido ao poder.

desta saiam peças para montar um carro em outro país, que, eventualmente, exporta para um terceiro, o carro.

Mas o tempo de produção afeta diretamente a quem produz diretamente. É o tempo que abarca por completo o tempo do produtor direto, não permitindo a este desenvolver o seu tempo, suas expectativas de forma livre e autônoma, pois até o seu "tempo livre", fora da produção, é apropriado.

Lefebvre ilustra esta questão, apresentando os "... tempos livres, enquanto libertação ilusória, enquanto extensão do capitalismo, trazendo uma contribuição *ativa* à consolidação das suas relações essenciais". (Lefebvre, 1977, p. 229). São os "tempos livres" que permitem ao trabalhador repor suas energias para retornar ao trabalho. Assim, o tempo livre não compõe o tempo da produção, embora esteja vinculado a este, pois vai dar condições ao trabalhador de produzir, segundo o tempo da produção.

Outro aspecto levantado por Lefebvre diz respeito ao lazer no capitalismo. Vinculado ao "tempo livre", a expectativa de escolha de como tratar e produzir o seu tempo "livre" se vê barrada pela produção de lazes pelo capitalismo. "Os lazes entram assim, na *divisão do trabalho social* (...), porque passa a existir uma indústria dos lazes, uma vasta comercialização dos espaços *especializados*, uma divisão do trabalho social, projetada no território, e que entra na planificação global" (Lefebvre, 1977, p. 247).

Desta forma, o capital vai ter também no "tempo livre" do trabalhador, a possibilidade de se reproduzir de modo ampliado.

Quanto ao tempo de circulação, o caráter do desenvolvimento tecnológico aparece como de grande importância, pois é o que vai viabilizar, através da criação de meios os mais diversos, a rápida transposição dos espaços. É a condensação de informações, apresentadas de forma rápida para todo o mundo. Não se espera o desenrolar, acompanha-o, se assim o desejar, pois o mundo é acompanhável por todos que o habitam, desde que se possuam os recursos técnicos para tal. Um aparelho de TV, um rádio, bastam para se chegar ao mundo apresentado, encurtado.

O tempo para percorrer o espaço diminui. Encurta as distâncias, permite o controle de outros lugares, a partir de uma determinada localidade que disponha de uma rede de informações. É o ir e vir no espaço dos fluxos com informações, pessoas, mercadorias, num tempo tal que permite o escoamento e atendimento da demanda para a produção e o consumo. Um consumo desigual, pois não é a maioria que vai consumir os produtos, devido à posição desigual no processo mundializado.

A diminuição do tempo na circulação é uma das alternativas para a reprodução ampliada do capital. A rápida circulação acelera o ciclo do capital que acompanhada do desenvolvimento tecnológico no sentido de aumentar a produtividade, isto é, produzir mais, empregando o mesmo período de tempo do trabalhador, permite ao capital uma circulação nunca vista antes. Os fluxos de papeis, informações, mercadorias, ganham um potencial de reprodução para o capital na medida em que diminuem o tempo do ciclo do capital, fazendo com que as inversões tenham um retorno mais rápido. A extração da mais-valia relativa, quando do aumento da produtividade (Santos, 1982, p. 159), associada ao monopólio dos fluxos, garantem a renda para o capital. Considerando-se o momento atual do capitalismo monopolista, onde os grupos monopolistas detêm o controle tanto da produção quanto da circulação, a acumulação do capital, acaba concentrada nestes grupos. Portanto, o tempo da circulação associado ao tempo da produção estão sujeitos à lógica geral da acumulação monopolista do capitalismo atual, que é a da reprodução ampliada, porém concentrada, do capital.

O tempo de reprodução ampliada do capital

Vesentini apresenta "... a temporalidade una para todas as sociedades, a temporalidade capitalista..." (Vesentini, 1987, p. 11) como sendo a que impera nos dias de hoje. É o tempo do capital, da sua reprodução ampliada que insere nos indivíduos, de modo desigual, entretanto, único, o tempo. O tempo da apropriação da natureza, da exploração do trabalho do homem, da extração dos recursos naturais, independentemente de conhecer, ou quando conhece, ignorando o tempo da natureza, na sua reciclagem e produção de recursos, enfim, o tempo da determinação do capital e sua lógica de reprodução ampliada e concentrada.

Mas não é uma determinação apenas econômica, política, social, ou qualquer outra que se queira atribuir. É uma determinação que se perpetua no modo de existir dos homens, que vem produzindo um tempo tal que impede a quebra de sua unidade. Ou melhor tem impedido. São conhecidos na história vários momentos de tentativa de quebrar o tempo capitalista imposto. Mas será que se quebrou efetivamente o tempo capitalista, ou as estruturas de dominação que garantem a sua continuidade?

A busca de alternativas para a produção das necessidades do homem e, conseqüentemente, das relações entre os homens para superar as necessidades que estão hoje socializadas, após o modo de produção capitalista, acarretou uma mudança expressiva do controle do fazer, do pensar, do querer. Nos países ditos socialistas, onde a lógica do

capitalismo aparentemente não existe, temos a manutenção do controle do tempo, da hierarquia, da divisão do trabalho.

O modo de produção capitalista, não é apenas um modelo de acumulação do capital. É também, e talvez principalmente, um modo dos homens se relacionarem na produção. Este é o ponto central do modo de produção capitalista. A acumulação do capital que este modo de produção permite pode vir a ser socializada. Não temos ainda, no mundo, um país onde isto se aplique. Mesmo nos países do socialismo real, verificamos o acúmulo do capital, entretanto, não de forma "privada", mas sim, "privativamente" pelo Estado e pelas camadas tecno-militar-burocráticas que estão no poder.

As relações entre os homens, oriundas do modo de produção capitalista, trazem em si a divisão do trabalho. Uma divisão que incorpora a hierarquia, a funcionalidade, transformando os homens em algo útil e pago, como uma mercadoria. O tempo útil de um indivíduo assegura-lhe o direito de exercer uma atividade pelo período que o considerarem apto para tal. Os aspectos físico-biológicos da existência deste indivíduo são ponderados na lógica do capital, que se apropria do período útil de vida do trabalhador. A transformação do homem em coisa, pelo homem, dá o sentido de "vida útil", tempo da força de trabalho disponível e apta para desempenhar uma função do capitalismo. E numa etapa em que o capitalismo monopolista tem por objetivo o tempo, controlá-lo e diminui-lo, ganha destaque a utilização do tempo útil do indivíduo.

Vivemos num momento histórico, onde o tempo é de extrema importância e significado. Um tempo que se redimensiona, redimensionando o espaço. Neste momento da história, os espaços estão voltados para a concentração via controle e monopólio de informações, dos fluxos, já que a produção está concentrada nos espaços produzidos por este tempo.

A relação espaço/tempo

No presente trabalho, estamos priorizando o tempo ao invés do espaço, na análise da relação espaço/tempo. Como geógrafo, tal fato não deveria ocorrer pela tradição da geografia em tratar do espaço. Mas, para trabalhar com o espaço produzido, é necessária uma leitura deste espaço, das suas relações e das relações que o materializaram. Partimos do pressuposto que o espaço produzido é a materialização do tempo, através do trabalho dos homens. E que o tempo tem na gênese do espaço, um aspecto objetivo, que é o contato com o espaço, e outro subjetivo, que se passa na produção do tempo, através do pensamento. Longe de apresentar uma divisão dicotômica (objetivo/subjetivo) do tempo, queremos enfatizar a ocorrência destas duas componentes, que interagem na produção do

espaço. Além disso, o caráter da apropriação do tempo de uns homens por outros dá a alguns a oportunidade de produzir o tempo, e o espaço, enquanto que para outros cabe apenas a materialização do tempo no espaço. Ou seja, para alguns cabe apenas trabalhar com o lado "objetivo" do tempo, pois a sua concepção foi feita por outro.

De que tempo estamos tratando? Ou de quais já tratamos? O disciplinar, o da produção, o da circulação e o da reprodução ampliada do capital. Todos vinculados ao homem, às relações entre os homens. Apresentaremos o tempo social, síntese dos tempos das relações entre os homens.

O tempo social caracteriza-se pela ação dos homens e entre os homens no espaço. Daí estar entremeadado de outros tempos, que vão caracterizar as relações que estão se desenrolando naquele espaço, dando a este sua especificidade.

No tempo social, temos o tempo disciplinar, caso a relação entre os homens assim dispor, ou mesmo os tempos da produção ou da circulação. A composição e definição do tempo social remete-nos a definir os tempos já apresentados como integrantes deste todo, que foram compartimentadamente expostos.

Neste momento, devemos falar do espaço. Sim, pois é nele que se expressam os tempos, as temporalidades do tempo social, é aquele que caracteriza o tempo de uma determinada relação social. É num espaço construído, instituído e produzido, que vão materializar-se as temporalidades e o tempo social, através do trabalho dos homens, e das relações entre os homens.

No espaço social, teremos materializados os tempos vários que o compõe, e que constituem o tempo social. Assim, o espaço não seria apenas uma "... acumulação desigual de tempos..." (Santos, 1976, p.21) mas, também, trabalho materializado, já que os tempos vão materializar-se no espaço, segundo as relações de produção e de dominação, empregando-se os tempos que forem necessários para a produção do espaço.

O tempo social expressa-se no espaço materializado, ao mesmo tempo em que é a materialização do espaço. Significa este momento, no *movimento* que caracteriza a relação espaço/tempo. Daí não ser apenas concreto mas, sim, um dos fatores da materialidade do espaço. Daí ter um caráter subjetivo, pois é um dos componentes da prática de quem efetivamente produz o espaço, segundo suas versões, segundo quem produz o tempo, hoje.

O tempo social traz consigo os tempos materializados concretamente no espaço. São os tempos pensados e materializados pelo trabalho humano que produzem o espaço. A herança destes tempos no espaço é

retrabalhada visando à adequação ao tempo dos homens que dominam, no mundo contemporâneo, as condições e os meios de intervirem no espaço produzido socialmente.

O tempo é objetivo, quando se torna a expressão do tempo no espaço, via trabalho humano. O tempo mostra-se subjetivo, quando elabora sua expressão no espaço. Em se tratando do espaço social, aquele que é produzido e/ou apropriado segundo relações entre os homens, o tempo objetivo mostra-se no movimento que caracteriza a relação espaço/tempo, através da materialidade do trabalho no espaço. Já o tempo subjetivo, é a expressão do vir a ser que o espaço tomará, no instante imediatamente anterior à sua materialização no espaço, via trabalho humano.

Para Oliveira "... o traço geral do espaço e do tempo, consiste no fato de que neles estão unidos os momentos de mutação e de estabilidade" (1982, p.97). É o vir a ser chocando-se com a inércia do espaço. A isto, corresponde que todas as relações do espaço/tempo são entremeadas de ações passadas, que expressam no presente, que trabalha o futuro (Santos, 1978, p.205). O conflito entre o novo e o velho se apresenta, de modo prático, no espaço, e influi a ação no tempo.

Quando se produz o tempo, a produção do espaço que corresponderá à materialização deste tempo trará em si, valores do passado. Até porque a produção do tempo se dá subjetivamente, e portanto, está vinculada à vivência do indivíduo que o pensa. Pensar o tempo para produzir o espaço implica apreender, no espaço, os tempos materializados e os vividos, sendo estas algumas das determinações que vão definir o pensar o tempo. Não se trata de um determinismo espacial, mas de se considerar o trabalho materializado no espaço como tempo pensado e expresso no espaço, que diziam respeito às relações outras, entre os homens. A destruição abrupta do espaço produzido implica na ruptura da lógica do tempo naquele momento, para a criação de um tempo novo, que foi pensado no espaço e nos tempos nele materializados. Por outro lado, os tempos vividos, vivenciados, podem ser interiorizados no pensamento, gerando uma reflexão que é una, pois considera a vivência de quem pensa. Por isso, tem uma componente subjetiva. Fazer o tempo, produzi-lo no espaço, significa materializar com trabalho as expressões pensadas. No fazer, nem sempre o pensado é o expresso. Porque o fazer está em contato com o espaço, e com as influências e determinações deste. Não significa que se pense algo e se faça, na prática, outro, mas sim que o pensar se dá num tempo que é anterior ao fazer, que portanto ocorre em outro tempo, e no contato com o espaço. Pensar e fazer ao mesmo tempo, ocorre quando se tem pleno domínio do fazer e se prepara para a ação próxima, no instante

imediatamente posterior à ação. Pensar no tempo significa preparar a ação que o tempo pensado vai expressar no próximo instante e que se choca com o real materializado no espaço. Fazer o tempo é dar vazão ao instante pensado, materializando-o no espaço, levando em conta a inércia do espaço.

Quando alguns pensam o tempo, e outros o fazem, temos a divisão do trabalho. A produção do tempo passa pela materialização no espaço. É o pensado materializado, chegando ao espaço produzido. A apropriação de tempos para materializar o tempo pensado caracteriza a reprodução ampliada do capital. Assim, o espaço produzido não vai imediatamente demonstrar as relações entre os homens que o produziram. Quando se tem apenas a materialização do tempo, não se sabe de imediato se quem o fez pensou o tempo. A leitura do espaço não pode ficar apenas no tempo impresso nele, mas deve buscar as relações que lhe deram aquela feição, que é a síntese do fazer e do pensar. A apreensão destas relações passa por saber quem produziu o espaço materializando o tempo, e quem pensou o tempo para materializá-lo no espaço.

A ação involuntária também expressa-se no espaço. É o impulso que se choca com o espaço. Um ato sem pensamentos, ou arquivado na nossa memória, que numa ruptura da lógica vai chegar ao espaço, alterando-o. O não controle da ação involuntária passa pelo não conhecimento imediato do produto da ação, pois não foi mediatizado pelo pensamento, pelo controle pessoal.

Pensar o tempo é dar vazão à sensibilidade acumulada na vivência específica, para agir de modo a trabalhar as suas necessidades. Que estas, hoje, são sociais, não há dúvida. O problema é que as necessidades socializadas não trazem respostas únicas, mas sim pessoais, na expressão dos indivíduos, e de sua classe social. Um problema que se transforma em grande virtude, pois dá o sentido pessoal, tirando do *único* a expressão segura e totalitária de apenas alguns indivíduos no espaço. O problema é conseguir produzir um espaço onde a pluralidade de expressões sejam compatibilizadas, não de modo funcional apenas, mas de maneira que as diferenças se representem no espaço, de modo pessoal e criativo, onde todos materializem no espaço o *seu tempo*, produzindo-o. Neste caso, estarão produzindo um espaço que expressará os seus desejos.

Os espaços produzidos no tempo do capitalismo monopolista

Na época da concentração e reprodução ampliada do capital fundamentando a ação das classes que dominam os meios de produção, o tempo pensado por eles vai materializar-se de modo particular no espaço. Apresentaremos a seguir, de modo bastante breve, algumas expressões do

tempo no espaço, destacando a concentração, característica principal do espaço produzido nos nossos dias.

A concentração da produção é notória atualmente. Basta ver as concentrações industriais, a agricultura mecanizada, a pecuária intensiva, para se ter uma noção da concentração espacial da produção.

Por outro lado temos a concentração populacional, via urbanização. É um espaço produzido para a reprodução da força de trabalho, além de ser o canal de emissão e recepção de fluxos. A cidade de hoje é um espaço produzido socialmente, que traz, na sua lógica, a lógica do tempo da reprodução ampliada do capital. A presença dos terminais dos fluxos se manifestam nos organismos financeiros. A concentração populacional garante o consumo das mercadorias, dando à cidade o caráter, também, de finalização do ciclo do capital. Aliás, uma finalização, ininterrupta, que se verifica nos fluxos. A própria circulação de moedas, de papéis, faz-se desnecessária. Circulam-se sinais eletrônicos que sintetizam o volume de negócios, passando, circulando, as informações.

Assim, podemos falar de um espaço mundializado, que se relaciona a partir da possibilidade de comunicação entre os países que participam de determinados fluxos. E tem sido nas cidades, então mundializadas, ou seja, participantes de relações tais que a apresentam como componente do fluxo de uma determinada mercadoria, seja esta tecnologia, informação, matéria-prima, que o espaço tem sido produzido para servir de meio para a reprodução e dominação da força de trabalho.

Trazemos de Vesentini algumas das racionalidades que se expressam nas cidades, sobre o tempo da reprodução ampliada do trabalho. "Os espaços são concebidos em termos de funções... organiza-se territorialmente a cidade... visando fundamentalmente a sua 'produtividade' ou funcionalidade" (Vesentini, 1986, p.154). A organização funcional do espaço existe segundo a lógica do tempo presente, o da reprodução ampliada do capital. Contrapondo-se a ele temos as lógicas outras, que acabam incorporadas àquela.

Na síntese do espaço/tempo "urbano", estão presentes o tempo disciplinar, o tempo da produção e da circulação, caracterizando relações sociais que produziram este espaço, suas espacialidades, por isso não desarticuladas do espaço/tempo "rural". "Não há nenhuma razão teórica para se admitir o desaparecimento de uma centralização no decorrer de uma fusão da sociedade urbana com o campo. A oposição 'urbanidade/ruralidade' se acentua em lugar de desaparecer, enquanto que a oposição cidade-campo se atenua" (Lefebvre, 1969, p.67). Concordamos que não há desaparecimento de uma centralidade. Ao contrário, a etapa monopolista do capitalismo tende a reforçá-la.

No espaço produzido no campo, também temos o tempo do capital atuando, seja nas técnicas de cultivo, seja nas relações que daí aparecem entre os homens, seja ainda, na apropriação do espaço onde se dá a produção. A homogeneização de culturas é uma das expressões do espaço rural, com a concentração definindo a materialidade do tempo imposto.

Oliveira (1981, p.9) apresenta as várias formas que o capital cria para se apropriar da renda da terra. Diríamos que esta apropriação se dá também através do tempo imposto, seja na circulação, seja na produção. As formas que o capital encontra para se reproduzir, em alguns casos, não altera o tempo de produção, enquanto vincula a circulação ao tempo do capital. "No processo contraditório de apropriação da renda da terra pelo capital, assistimos portanto, de um lado à unificação do proprietário e do capitalista numa mesma pessoa; de outro lado, ao processo de sujeição da renda ao capital nos setores da produção não capitalista, por exemplo, no caso da propriedade familiar de tipo camponês. Nesse caso temos a sujeição da renda da terra ao capital sem que se dê a expropriação dos instrumentos da produção" (Oliveira, 1981, p.9). Não existe a necessidade de expropriação. Mas sim, na lógica do tempo do capital, o monopólio da circulação permite a quem o possui, impor o seu ritmo, o seu tempo, e os mecanismos que são conhecidos para controlar o mercado e os preços. O domínio pleno do ritmo da inserção das mercadorias no mercado, permite o controle do fluxo. Através deste controle, a especulação sobre o produto.

Assim, a complementaridade urbano/rural, presente nos nossos dias tem, na lógica do tempo da reprodução ampliada no capital, a materialização dos espaços produzidos para esta lógica, onde a concentração expressa-se, e o monopólio impõe seu tempo.

Tentando fazer o tempo

Mesmo com a predominância do tempo da reprodução ampliada do capital, e da sua lógica, temos na organização dos trabalhadores, a tentativa de quebrar o ritmo, de alterar o tempo, de controlá-lo.

São inúmeros os exemplos de revolta dos trabalhadores contra a imposição do tempo na produção.³ Maroni (1982) apresenta como os trabalhadores de São Paulo organizaram-se e lutaram contra a imposição do tempo do capital. "O discurso da ação nos permite assim entrever que

Amnérís Maroni, em "A estratégia da recusa-Análise das greves de maio/78", São Paulo Ed. Brasiliense, 1982, demonstra o modo que os trabalhadores de diversas fábricas, em São Paulo, organizaram-se no movimento grevista de 1978, partindo da estrutura de trabalho de suas empresas, para propor formas de resistência na luta contra o capital.

o momento do conflito traz consigo a redefinição do *espaço*, do *tempo*. (...) O *espaço* desorganiza-se como técnica de enquadrinhamento e vigilância, o *tempo* deixa de pertencer ao capital, já não se restringe ao controle ininterrupto da produção, e, portanto, do produtor" (Maroni, 1982, pp.66 e 67). É a redefinição das relações de trabalho que fundamentou as alterações, ainda que momentaneamente, *do espaço e do tempo dos trabalhadores*, no caso estudado por Maroni. Quando os trabalhadores tiveram o controle sobre o seu tempo, a partir da lógica das suas necessidades e organizando-se para tal, alteraram as relações do espaço e do tempo.

"A greve (...), foi uma invenção formidável, muito mais do que as barricadas da revolta camponesa, porque ela se espalha por toda uma duração. Ela era menos uma interrupção do espaço (como é o caso da barricada) que de duração. A greve era uma barricada no tempo" (Virílio, 1984, p.42). A barricada no tempo é uma estratégia empregada pelos trabalhadores na luta contra o tempo do capital. Entretanto, precisa-se ir além. É necessário pensar o tempo, o tempo das necessidades e como materializá-los no espaço. Um espaço onde a singularidade das expressões se mostre com os tempos vários, e não único.

Bibliografia:

- DECCA, E. de - *O nascimento das fábricas*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
- FOUCAULT, M. - *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- *Vigiar e punir*. 5ª ed. Petrópolis, Vozes, 1987.
- LEFEBVRE, H. - *O direito à cidade*. Urupês - São Paulo - 1969.
- *Estrutura social: a reprodução das relações sociais*, in: FORACCHI, M.M. e MARTINS, J.S. (orgs). — *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro, Livro Técnico, 1977.
- MARONI, A. - *A estratégia da recusa*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
- OLIVEIRA, A.U. de - *Agricultura e indústria no Brasil*, in: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, AGB, n° 58, 1981.
- *Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética*, in: SANTOS, M. (org.) — *Novos rumos da Geografia brasileira*. São Paulo, HUCITEC, 1982.
- SANTOS, M. - *Relações espaço-temporais no mundo subdesenvolvido*, in: *Seleções de textos*. São Paulo, AGB, n° 1, 1976.
- *Por uma Geografia nova*. São Paulo, HUCITEC, 1978. - *Estrutura, processo, função e forma como categoria do método geográfico*, inédito, dat., 1981, 14 p.
 - *Cidade, mais-valia absoluta e relativa, desvalorização do capital e do trabalho: considerações metodológicas sobre o caso do Rio de Janeiro*, in: Moreira, R. (org.) - *Geografia: teoria e crítica*. Petrópolis Vozes, 1982.

- SILVA, A.C. de - Contribuição à crítica da crise da Geografia, in: SANTOS, M. (org.) - *Novos rumos da Geografia brasileira*. São Paulo, HUCITEC, 1982.
- VESENTINI, J.W. - *A capital da geopolítica*. São Paulo, Ed. Ática, 1986.
- *Imperialismo e geopolítica global*. Campinas, Papirus Ed., 1987.
- VIRÍLIO, P. - Paul Virílio, o teórico da velocidade, in: entrevista concedida a PEIXOTO, N.B. - *Folha de São Paulo*, 08/08/1987.
- VIRÍLIO, P. e LOTRINGER, S. - *Guerra pura*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984.